PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

PROJETO Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ),** por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin (UFPel)
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu (UFRJ)
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes (UFPI)
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques (UnB)
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano (UFMG)
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins (UFES)
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres (UFMG)
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida (UEM)
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. **Vera Chaia (PUC-SP)**, por Natasha Bachini (UERJ)

O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

Flávia Biroli (presidente Abcp)

Fernando Guarnieri (secretário executivo)

Luciana Tatagiba (secretaria adjunta)

Diretoria ABCP 2018-2020

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política

Nota introdutória

LUCIANA BALLESTRIN

Quando recebi a incumbência de entrevistar Céli Pinto, senti-me honrada e privilegiada. Honrada por ela ter sido, sem sombra de dúvida, minha maior referência acadêmica e intelectual. Ao longo de sua trajetória profissional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Céli formou e orientou várias gerações de alunos na graduação e na pós-graduação, sendo vários deles hoje professores e pesquisadores altamente reconhecidos em suas respectivas áreas de atuação. Igualmente privilegiada, já que após quase duas décadas da minha relação com Céli meus papéis de aluna e orientanda cederam lugar aos de colega e amiga, tê-la entrevistado, no conforto de seu apartamento em uma tarde de novembro em Porto Alegre – sua cidade tão querida –, foi um presente me dado pelas pesquisadoras deste projeto da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).

À parte de sua importância como formadora de recursos humanos tão qualificados, é fundamental destacar o vanguardismo de Céli Pinto em relação à introdução de autores no debate acadêmico local e nacional. Alguns deles foram reconhecidos somente muito depois pelo grande público acadêmico, sendo o exemplo mais evidente o teórico argentino Ernesto Laclau, com quem realizou seu doutoramento na *University of Essex* no início de 1979 e cuja obra se tornou profunda conhecedora. Foram várias as vezes que ouvi Céli contando sobre seu contato com referências internacionais da teoria crítica, de Stuart Hall a Michel Foucault. Leitora, estudiosa e pesquisadora disciplinada, suas diferentes histórias relacionadas à sua formação pós-doutoral – seja na França, Estados Unidos ou Inglaterra – ou à sua participação em diferentes congressos da nossa área, sempre me trouxeram à imaginação aquela admiração mágica pelo mundo pulsante das grandes ideias e de suas figuras humanas.

Este traço permite que as leituras da realidade feitas por Céli representem um "cosmopolitismo enraizado" que lhe é característico. Dotada de rara capacidade crítica e interpretativa, o olhar pós-estruturalista que Céli lança sobre as questões importantes do nosso tempo, concede-lhe um modo genuíno e identificável de análise. Seu estudo sistemático de autores e obras dificilmente é descolado dos problemas brasileiros, almejando algum tipo de reconhecimento erudito ou diletante. Felizardos são aqueles que puderam e podem escutar suas reflexões teóricas, sempre generosas em sua objetividade explicativa e didática.

Esses detalhes sobre quem é a Professora Céli Pinto obviamente não encontram lugar na entrevista que os leitores terão a oportunidade de ler. Por isso, nesta breve apresentação, não pude me furtar em primeira pessoa de compartilhar algumas das minhas impressões e memórias da própria entrevistada. Extremamente ativa intelectualmente, mesmo estando recentemente aposentada, a energia contagiante de Céli é uma inspiração e um exemplo de amor à vida e àquilo que ela pode nos oferecer de melhor. Admiradora de sua incansável tentativa de compreender as coisas (políticas) do mundo, agora em um *zeitgeist* assustador e sombrio, a metáfora que ofereço para descrever o sentido das inúmeras análises de Céli se transfigura em uma gota, uma gota de lucidez no imenso mar da desrazão.

Auto-apresentação

CÉLI PINTO

Cada um de nós não somos, exclusivamente, uma biografia individual, mas parte de uma trajetória que começa antes do nosso nascimento e continua, a nossa revelia, depois de nossa morte. Nossa trajetória está inscrita na classe social em que nascemos, na etnia a que pertencemos, ao nosso gênero. Fomos formados a partir de valores, crenças e posturas éticas de nossas famílias, as reproduzimos ou as rejeitamos, mas não fugimos de uma conversa com eles, que nos acompanha pela vida.

Venho de uma família na qual a educação era um valor fundamental e a política um assunto em casa e nas festas familiares. Ainda criança, tinha claro que faria um curso universitário, isto parecia ser natural na minha casa. Acho que nem eu nem meu irmão jamais pensamos que poderíamos fazer outra coisa. Meu pai, mesmo sendo um homem de sua época, dizia que o importante para uma mulher era estudar e ter independência econômica. Também minha vida foi pautada pela política. Ainda criança me lembro da tristeza e da profunda preocupação de meus pais dia 1º de abril de 1964, quando do golpe que instaurou a ditadura civil-militar no Brasil.

Daí surge a acadêmica que sou, a cientista política, a mulher feminista e com posições políticas bem definidas. Fui privilegiada com um excelente ensino público das décadas de 1950/1960 no Brasil, nunca estive em uma escola particular. Após, cursei a graduação e mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), fiz meu doutorado na Inglaterra com bolsa da Capes. Trabalhei na UFRGS toda a minha vida, na qual tive uma longa carreira acadêmica e administrativa. Orientei e oriento muitos alunos de mestrado e doutorado, escrevi e escrevo bastante. Viajei muito pelo mundo fazendo *pós-doc*, estágios sênior, dando palestras em universidades europeias e nos Estados Unidos participando de congressos e seminários.

Penso muitas vezes no que estou deixando de legado para as futuras gerações. Não tenho pretensões de deixar uma obra, mas quero crer que marquei e marco positivamente a vida acadêmica de um punhado de cientistas políticos e historiadores que foram e são minhas alunas e alunos, minhas bolsistas, minhas orientandas e orientandos, ou que apenas me leram em algum momento, e isto me basta e me recompensa.

Entrevista

Luciana Ballestrin: *Boa tarde, professora Céli Pinto. Dando início à nossa entrevista, tu poderias falar brevemente sobre a tua trajetória profissional, em termos de formação acadêmica e as filiações institucionais mais importantes?*

Céli Pinto: Boa tarde. A trajetória acadêmica da minha geração começava um pouco antes do que começa atualmente, porque quando saíamos do ginásio já se começava a escolha entre o Clássico e o Científico. Quando fui para o Clássico, acho que já tinha uma escolha, ela ficava entre as áreas de Ciências Humanas, Letras e Direito – era o que as pessoas faziam depois do Clássico. O fiz no Colégio de Aplicação, lá estudei muita história e muita literatura. Entrei na universidade como aluna do curso de História, em plena ditadura militar, em 1969, ou seja, um ano depois do AI-5, um ano depois de terem acontecido os expurgos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS]. Era um período muito difícil, período do Médici como presidente da República, e fiquei na universidade fazendo a graduação em História até 1972. Tínhamos professores muito tradicionais, conservadores, e tínhamos, também, alguns professores jovens que estavam chegando e traziam toda uma perspectiva mais contemporânea do que era a História e uma perspectiva marxista, apesar de ser meio escondida devido a toda repressão que havia no país. Depois disto, em 1975, fui fazer o mestrado em Ciência Política. E por que fui fazer em Ciência Política e não em História? Pelo simples fato – e acho que as circunstâncias definem muitas coisas nas nossas vidas – de que não havia curso de pós-graduação em História no Rio Grande do Sul. Os únicos cursos de pós-graduação em História estavam na USP [Universidade de São Paulo], Unicamp [Universidade Estadual de Campinas]... Não sei se mais em algum lugar, mas havia poucos cursos pós-graduação *strictu sensu* no Brasil. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, havia um PPG [programa de pós-graduação] em Sociologia e Política – era um curso só em que podia se dirigir para uma ou outra área. Não havia o departamento de Ciência Política, somente o de Ciências Sociais. Basicamente era isso. Também estava envolvida com questões relacionadas com História Política e acabei indo para a Ciência Política. Já na monografia de fim de curso, o que depois vem ser chamado de TCC [Trabalho de Conclusão de Curso], fiz um trabalho sobre a Constituição Republicana do Rio Grande do Sul de 1891. Até hoje gosto daquele meu trabalho juvenil. Foi no mestrado em Ciência Política que entrei em contato com a teoria política, principalmente com *empirical political theory*, pois tínhamos um professor recém-chegado dos Estados Unidos que tinha ido fazer doutorado em *Princeton* e voltou com todas as teorias. Estudamos vastamente as teorias norte-americanas. Acabei o mestrado em 1979 e, como não tínhamos bolsa, passei a dar aulas, ainda como aluna de mestrado, em três universidades diferentes como professora horista – tinha pouco mais de 25 anos. O mais absurdo de tudo é que não dava aula apenas em três disciplinas diferentes, mas sim em três áreas diferentes e me sustentava com isso. Me tornei uma pessoa independente, fui morar sozinha quando tinha 26, 27 anos. Dava aula em "História Política, Social e Econômica do Brasil", como horista, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; dava uma disciplina chamada TGE, "Teoria Geral do Estado", assim que era chamada a "Política I", na PUC [Pontifícia Universidade Católica]; e dava "Introdução à Sociologia" em uma faculdade privada na época chamada Fapa [Faculdade Porto-Alegrense]. Fazia tudo isso para me sustentar e fazer uma dissertação de mestrado. Levava-se muito tempo para escrever uma dissertação. Fiz a minha sobre os membros fundadores do Partido Republicano no Rio Grande do Sul. Pesquisei os inventários dos membros do partido durante meu tempo livre – tinha uma tarde livre por semana, que era as quartas-feiras, para fazer isso. Ia para o Arquivo Público baixar caixa com inventário do fim do século XIX, início do século XX, data da morte

desses membros. Defendi a dissertação em 1979 e, no mesmo ano, fui para a Universidade de *Essex* que, na época, era considerada a universidade de esquerda na Inglaterra – acho que até hoje, mas na época mais do que em qualquer outro momento. Fui, também, porque lá estava uma pessoa que foi fundamental na minha formação, talvez a mais importante influência intelectual em minha vida, que foi Ernesto Laclau, meu orientador de doutorado. Ali foi uma abertura para a vida: sair de uma situação intelectual brasileira em que, para conseguir pensar qualquer coisa de forma crítica, tínhamos como única possibilidade teórica um marxismo muito conservador, muito ortodoxo. Chego na Inglaterra e encontro um homem como Ernesto Laclau que era um pensador original, sofisticado, com uma grande erudição. Ministrava um curso sobre ideologia e teoria do discurso, no qual se lia Lacan, Michel Pêcheux; lia-se, ao mesmo tempo, Althusser e Gramsci. Lia-se Foucault, Stuart Hall. Isso foi fundamental na minha formação. Cheguei lá e caí nesse mundo que, para mim, era um mundo muito desconhecido. Me lembro que líamos Wittgenstein. Confessando minha ignorância, quando cheguei a Inglaterra, nem sabia que ele existia. Estes anos dedicados aos estudos de todos estes autores mudou a minha cabeça. Fiquei na Inglaterra de 1979 a 1983 e, apesar de ter bolsa da Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior], de ter sido aceita, fiquei só três anos fazendo o doutorado, porque fiz o mestrado de novo no primeiro ano. Naquela época, a Inglaterra não aceitava o mestrado brasileiro, por isso tive que fazer o mestrado em um ano. Foi uma coisa muito pesada, em um ano tu fazias três disciplinas, dois ensaios para cada uma destas disciplinas e, no fim do ano, um exame destas três disciplinas. Esses exames eram anônimos, identificados por número, e essas provas eram trocadas entre as universidades, ou seja, quem corrigia a tua prova não era o teu professor. O mestrado era em Política da América Latina – pois queria fazer uma coisa simples para passar para o doutorado – e não era difícil, pois conhecia toda a bibliografia dada em *Essex* sobre América Latina, já que eu dava aula de História da América Latina aqui no Brasil. Para mim, o grande problema era escrever em inglês. Um ensaio não era nada: tu escrevias, corrigias, pedia para alguém corrigir... Mas fazer uma prova em inglês foi assustador, apesar de ser permitido levar um dicionário. Era um auditório imenso! Me sentei lá com aquele numerozinho, escrevendo a prova e achando que não irias passar no mestrado – já tendo mestrado – porque não iria conseguir me expressar em inglês de uma forma suficientemente sofisticada para um exame. Bom, em todo caso, consegui passar essa fase, passei nas provas.

LB: *E teu envolvimento com o feminismo e com a produção acadêmica sobre mulher e gênero estão relacionadas com a Inglaterra e Essex?*

CP: Acho que na minha vida acadêmica e na vida acadêmica de muitas mulheres há uma questão que é central e que não queria deixar de contar. Estou me referindo ao fato de ser feminista e de trabalhar com questões de gênero, teoria feminista e participação política da mulher. A minha geração, primeiro, se tornou feminista, depois fomos lutar pelo espaço na academia. É algo muito diferente do que acontece agora, quando já está estabelecida toda uma área de estudos de gênero nas Ciências Sociais, na História, nas Letras, nas Artes, só para falar das mais óbvias. Antes de ir para a Inglaterra, tive muito pouca militância feminista no Brasil. Vinha de uma família muito politizada com militância na esquerda e questões que se afastassem da luta de classe eram mal vistas. Aliás, não só na minha família, mas em toda a esquerda brasileira do período. Sempre é bom lembrar que vivíamos em uma ditadura militar. Fui para a Inglaterra em 1979 e encontrei uma grande efervescência do movimento feminista. Nós, mulheres latino americanas, criamos um grupo na universidade, que logo conseguimos institucionalizar, chamava-se *Latinamerican Women Society*. Era importante institucionalizarmos porque, assim, tínhamos orçamento da universidade e podíamos promover eventos. Este grupo seguia muito de perto a ideia de grupos de reflexão muito populares no feminismo. Nos reuníamos todas as sextas à tarde e para pertencer ao grupo havia dois requisitos: ser mulher e falar português ou espanhol. Isto porque havia um número significativo de

esposas de doutorandos brasileiros que estavam acompanhando os maridos e que ficavam muito isoladas, pois não eram acadêmica e não sabiam falar inglês. Foi uma experiência muito criativa, porque cada semana se falava sobre um tema que era escolhido por quem seria responsável de introduzir a questão. E falava todo mundo: professoras, alunas, esposas de estudantes, jovens que estavam trabalhando como domésticas. Falávamos de tudo, desde temas muito politizados até questões pessoais. Publicávamos um *newsletter* quinzenal bem simples, mas que todo mundo buscava para ler. Esta *Society* também promovia sessões de cinema cubano, fazia campanha para *El Salvador*. Era um feminismo bem politizado. Foi na Inglaterra também onde entrei em contato, pela primeira vez, com a literatura acadêmica feminista francesa, inglesa e estadunidense. Também o pós-estruturalismo abria portas para pensar a questão da mulher. Mas minha tese não tinha nada a ver com questões da mulher ou das relações de gênero. Minha tese encerrou um ciclo em que estudei o Partido Republicano do Rio Grande do Sul – foi tema de meu trabalho de conclusão da graduação, da dissertação de mestrado e da tese de doutorado. Depois nunca mais trabalhei com o tema.

LB: *Mas voltando ao teu doutorado, quando o finalizaste?*

CP: Depois que conclui o mestrado, fiquei mais três anos fazendo o doutorado. Voltei para o Brasil e fiquei os anos de 1984 e 1985 aqui, escrevendo o doutorado. Em janeiro de 1986 fui defender. E eu dava muita aula, porque era professora quarenta horas na UFRGS e era professora na PUC, de onde saí depois que acabei o doutorado. Contudo, aconteceu uma greve de noventa dias da UFRGS e a aproveitei para acabar o doutorado. Defendi no dia 31 de janeiro de 1986. Voltei para cá e fui para a Ciência Política. Essa é a minha formação.

LB: *Foste para a Ciência Política?*

CP: Na verdade, não fui para a Ciência Política. Quando cheguei, fui para a História, porque era professora da História, entrei na universidade no departamento de História. Mas estava muito distante da área naquela época. As pós-graduações indicavam os alunos de mestrado para fazer doutorado fora. Fui para a Inglaterra e a Ciência Política apostava muito que eu voltasse para incorporar o programa e torná-lo um pouco mais robusto. Voltei e fiquei dando aula no mestrado em Ciência Política e também na História, em que dava aula na graduação e no mestrado que estava surgindo. Fiquei um tempo até que uns três ou quatro anos depois – a essa altura já tinha me desligado da PUC, era professora em dedicação exclusiva da UFRGS – resolvi ir para a Ciência Política. E foi uma mudança muito tranquila, porque o pessoal da História achava que, realmente, eu não tinha nada a ver com eles naquele momento.

LB: *E isso foi em que ano, início de 1990?*

CP: Isto, no início de 1990, mas só olhando na ficha funcional para saber o ano. Mas foi por aí, ao redor dos anos de 1990.

LB: *Voltaste com uma tese de doutorado sobre positivismo no início do século XX no Brasil; como incorporaste a questão de gênero, já que ele é um dos temas centrais da tua produção?*

CP: Quando cheguei no Brasil, tentei refazer a experiência que tive em *Essex* na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, nos primeiros anos, deu muito certo. Criamos um grupo de estudos sobre a mulher e havia reuniões semanais, basicamente com professoras e mesmo professores, não havia alunas ou alunos. E tínhamos convidados de fora da universidade. Mas logo deixou de ser um espaço de inovação e tornou-se um espaço institucional lutando por salas, bolsistas e porta de

entrada para o mundo acadêmico. Por isso, me afastei da atividade e nunca mais me liguei institucionalmente a qualquer núcleo. Hoje, há na UFRGS um núcleo chamado Niem [Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Gênero] que é um núcleo muito forte e com um bom acervo. Mas houve uma outra experiência, no Brasil, que marcou muito minha trajetória e acredito que marcou a trajetória de muitas outras mulheres acadêmicas que trabalham com gênero. Foram os mais de 10 anos que fiz parte do Comitê de Seleção e Acompanhamento do Concurso de doações para pesquisa sobre a mulher, coordenado pela Fundação Carlos Chagas com financiamento da Fundação Ford. Era um comitê multidisciplinar que selecionava e acompanhava as pesquisas por dois anos. Por lá passaram um grande número de jovens pesquisadoras, hoje nomes de referência nos estudos de gênero. Era um Comitê de mulheres muito comprometidas academicamente e com a questão de gênero. A coordenação era da demógrafa Cristina Bruschini, falecida precocemente. Além de mim, fizeram parte (no tempo que estive lá) Arbertina Costa, Heloisa Buarque de Hollanda, Maria Odila Dias, Lia Machado, Mary Castro, Bila Sorj e Lourdes Bandeira – acho que não me esqueci de ninguém. Cada uma destas mulheres representava uma área do conhecimento e eu representava a Ciência Política. Daí nasceu a Revista de Estudos Feministas. Era um grupo muito particular e tenho, entre elas, até hoje, grandes amigas e parceiras nos estudos de gênero.

LB: *Céli, temos aqui uma questão interessante sobre filiação institucional e sabemos que tua participação na Anpocs [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais] tem um tempo considerável, importante. Queria que tu falasses um pouquinho sobre essas associações da nossa área, das Ciências Sociais em geral e da Ciência Política em particular.*

CP: Tenho uma história muito longa com a Anpocs. Fui à primeira reunião da Fundação Anpocs ainda como aluna do mestrado. Essa primeira reunião foi em uma sala do Iuperj [Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro] que ficava em Botafogo, não na Rua da Matriz, onde fica atualmente, mas na primeira casa do Iuperj, que ficava na Rua São Clemente, se não me engano. Éramos os alunos, a plateia e ficávamos assistindo nossa bibliografia falar. Essa foi a primeira reunião da Anpocs que fui. Então, tenho uma ligação muito grande com ela. Quando voltei da Inglaterra, comecei a ir à Anpocs e entrei em um grupo chamado "Mulher e Política". Ali, tivemos uma grande luta para abrir estudos sobre a mulher e gênero. Quando o Antônio Flávio Pierucci se candidatou à secretaria geral da Anpocs (em uma chapa com Aspásia Camargo como presidenta), fui convidada para integrar a diretoria. Foi um momento muito interessante, porque a associação era menor, as comunicações eram mais difíceis; tínhamos reuniões periódicas de diretoria em São Paulo. Não havia mais isso na segunda vez que integrei a diretoria (fui do Conselho Fiscal), nem me lembro a data. Trabalhávamos muito durante a primeira administração do Antônio Flávio. Depois, coordenei o grupo de gênero chamado "Relações Sociais de Gênero", resultado da junção de dois grupos: o "Mulher e Trabalho", sempre coordenado pela Heleieth Saffioti, e o "Mulher e Política", coordenado sempre pela Fanny Tabak. A duas eram inimigas o que era muito particular, porque eram poucas as pessoas que trabalhavam com mulher e gênero e elas conseguiam se dar ao luxo de manter dois grupos de mulheres e brigarem entre elas. Depois chegou uma geração mais moça e resolveu juntar esses grupos e acabar com a briga.

LB: *E teve um grupo também de teoria social, não é?*

CP: Isso foi bem depois. Retomando, esse grupo de gênero foi perdendo força, porque foi o momento em que a questão de gênero foi se diluindo em outros grupos; foi um momento, diria, de uma vaga baixa do próprio feminismo até que acabou aquele grupo, achamos que não fazia mais sentido mantê-lo. Com isso, comecei a me interessar pelo grupo de teoria social. Fui para este grupo,

nele, apresentei vários trabalhos e acabei sendo coordenadora. Foi um grupo que, acho, existe até hoje, mas as pessoas que o frequentam mudaram muito.

LB: *Portanto, nunca deixaste de participar de alguma maneira.*

CP: Nunca deixei. Fui do Comitê Acadêmico da Anpocs, depois fui de vários comitês que avaliam tese, avaliam livro... Já fui autora convidada no "Conversa com autoras"! Tenho tido uma relação muito próxima com a Anpocs.

LB: *Muito mais próxima do que com a ABCP, por exemplo, não?*

CP: Acho que a ABCP é outra história. A Anpocs é a história em que cheguei jovem, com o doutorado na mão. Na época, éramos muito mais, no Rio Grande do Sul, periferia do que somos hoje. Atualmente, com toda a teia das pós-graduações no Brasil e da multiplicação de universidades de alto padrão em todo o país, esse espaço que havia, esse *gap* que havia entre Rio-São Paulo e o resto do mundo diminuiu. Cheguei aqui, estava em uma universidade periférica – óbvio que vim com um doutorado muito prestigiado, pois o meu orientador já era uma pessoa muito prestigiada internacionalmente, também isso conta muito na nossa vida ou, pelo menos, contava na época – e a Anpocs foi um espaço no qual tive a possibilidade de ser conhecida nacionalmente. Ali foi a entrada.

LB: *Céli, só para finalizar essa parte da filiação institucional. Gostaria de te ouvir, bem rapidamente, sobre a tua relação com a ABCP que é uma associação mais jovem que a Anpocs. Como tu enxergas a tua participação nesta associação específica?*

CP: A ABCP ressurgiu a partir de reuniões dentro da Anpocs. Foi dentro da Anpocs que se resolveu juntar os cientistas políticos e pensar em refazê-la. Houve um primeiro momento da ABCP muito ligado ao Candido Mendes, mas tenho pouco informação sobre esta época. A nova ABCP, no início, era muito fechada, porque havia três ou quatro áreas temáticas e cada área tinha uma pessoa que era coordenadora, tinha sido atribuída a ela essa função. Era muito difícil entrar nos grupos da ABCP. Ela só se abre, no sentido de ser algo que pudesse propor novos temas, novas áreas, um pouco depois. E fui da primeira diretoria da ABCP também. Nos encontrávamos em São Paulo, no Cedec [Centro de Estudos de Cultura Contemporânea]. Comecei a ir, mas era bem difícil no início, pois a ABCP não era um lugar muito acolhedor. Era uma Ciência Política muito institucional, muito refratária a qualquer tema novo, refratária a qualquer palavra que pudesse ser parecida com feminismo. Estudos de gênero era um palavrão. Houve um momento na ABCP que se resolveu montar um livro sobre o estado da arte da Ciência Política no Brasil e fui convidada para escrever sobre mulher e política. Houve um encontro dos autores do livro em Ouro Preto, fui e não foi fácil. Depois que apresentei meu *paper*, muitos vieram falar comigo como aliviados, porque eu tinha feito algo acadêmico que eles não esperavam. O livro acabou não saindo. É importante também destacar que fui três vezes coordenadora do PPG em Ciência Política da UFRGS, eu tinha uma posição institucional forte à época e, como disse anteriormente, sempre participei da ABCP desde o início. E tem outra faceta da minha vida, que não sei em que lugar vai entrar na tua entrevista, que são todas as minhas relações institucionais com Capes e CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] que sempre tive também.

LB: *Isso vai aparecer nesse bloco ainda. Para finalizarmos essa primeira parte, tu já deste alguns exemplos, mas tu poderias descreveras tuas principais áreas e interesses de pesquisa? Creio que a mais importante tu já mencionaste aqui, mas me refiro em termos de obras, autoras, teorias, enfoques teóricos que acabaram formando o teu trabalho intelectual e acadêmico.*

CP: Ainda no mestrado em Ciência Política, além dos autores norte-americanos, todos que conhecemos (e gostamos ou não) e autores franceses supertradicionais, estudei muito história política do Brasil. Sempre fui uma pessoa muito envolvida com o estudo da história do Brasil, li muito Emília Viotti da Costa, o próprio Sérgio Buarque – tanto o de "Raízes", como o de "História da Civilização Brasileira". Estudei muito o Caio Prado Júnior; estudei muito economia brasileira através do Celso Furtado. Houve um livro que influenciou muito a minha geração quando eu ainda estava na graduação, ele se chamava "Perspectiva do Brasil", organizado por Carlos Guilherme Motta. Era um livro de sociólogos e historiadores. O leio até hoje, tem textos clássicos ali em todas as áreas e aquelas pessoas todas que escreveram o livro eram muito jovens na época e se tornaram referência nas áreas em que se especializaram. Tive essa primeira influência de história do Brasil muito forte, com todos estes historiadores e cientistas sociais que se ocupavam disso. Apesar de ser uma mestra e uma doutora em Ciência Política, de ter uma formação em Ciência Política e de ter dado aula a vida inteira de Ciência Política, não sou uma pessoa que consiga se qualificar dentro desta Ciência Política tradicional, *mainstream,* até porque venho de uma perspectiva mais da História. Fui alguém que buscou suporte também na Sociologia Política, História Política e Filosofia Política. Sempre estudei muito teoria política, e principalmente, teoria da democracia e teoria feminista. Em termos de teoria, tive uma grande influência de Ernesto Laclau, mas fora o Ernesto, li muito Foucault e sinto que o tenho muito presente quando escrevo. Sou uma leitora ávida dos textos de Foucault. Comecei a trabalhar muito fortemente com algumas teóricas, cientistas políticas norte-americanas de extração feminista, entre as quais destaco três delas: Seyla Benhabib, uma cientista política de muita importância, que tem textos muito importantes e uma visão *habermasiana* do mundo; depois, trabalhei muito com a Nancy Fraser e com a Iris Young, que são mulheres que têm mais uma perspectiva pós-estruturalista. A Nancy Fraser é mais informada pelo marxismo do que a Iris Young. São teóricas que leio até hoje e dou muita importância para o tipo de reflexão que fizeram. Incorporei, também, mais tarde, como uma leitura que considero fundamental, uma escritora filósofa política que está sendo sempre relida, e tem de ser cada vez mais relida: a Hannah Arendt. A tenho lido muito e trabalhado muito a perspectiva de outras autoras através da Hannah Arendt. Mais nos últimos cinco ou seis anos, tenho lido muito sistematicamente Judith Butler. Estou escrevendo, atualmente, um artigo sobre ela. Gosto muito da perspectiva teórica da Butler, quando se aproxima da teoria política, quando trabalha com Filosofia Política. Não a Butler da teoria *Queer*, a que trabalha especificamente com gênero, essa não me interessa tanto. É a Butler que começa com "*Precarious Life*" e vem de lá para cá, a Butler do século XXI é a que me interessa mais. Creio que sejam estas as grandes influências. E como me localizo nas grandes influências? Me sinto uma pessoa com uma perspectiva próxima ao pós-estruturalismo. É por aí que transito.

LB: *E a importância do discurso?*

CP: A teoria do discurso é uma teoria pós-estruturalista por excelência e que embasou a produção teórica do Laclau. Penso através desta teoria, penso quando dou entrevistas, escrevo textos teóricos ou mesmo jornalísticos. A Butler também tem uma perspectiva muito forte disso, aquela ideia de pensar discurso como alguma coisa que contém materialidade. A teoria do discurso não pode ser vista como a panaceia que vai resolver todas as questões, até porque o momento em que o pós-estruturalismo rompe, ou trata de romper, com teorias que têm uma perspectiva de totalidade e se pensa como a teoria que veio para explicar tudo é a negação da própria teoria pós-estruturalista.

LB: *Exatamente... Céli, por fim, já antecipaste um aspecto que tem a ver com apoio financeiro e institucional para a realização das pesquisas. Durante a tua trajetória de formação, tu comentaste que trabalhavas, que davas uma série de aulas. Entretanto, isso muda bastante a partir do momento que tu começas a construir uma trajetória mais profissional mesmo, enquanto professora. Quanto às agências de fomento – Capes, CNPq, Fapergs [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul], dá para dizer que tu sempre tiveste apoio para teu desenvolvimento científico?*

CP: Tive, acho que tive. Comecei tendo uma bolsa de doutorado por quatro anos da Capes, que foi fundamental. As grandes agências de fomento no Brasil, tanto a Capes, como o CNPq, foram importantíssimas para a minha geração, têm sido importantíssimas até hoje e espero que se mantenham. Tive bolsa da Capes por quatro anos e depois ela pagou para que eu voltasse para defender o doutorado. Em 1989, passei quatro meses em Paris com a missão Capes-Cofecub [Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil]. Depois fiz *pós-doc* na UCLA [*University of California, Los Angeles*]; fiz estágios sêniores na Universidade Livre de Berlim, no Instituto de América Latina e no Instituto de América Latina do *Saint Antony's College*, em Oxford. Todos com bolsa da Capes ou CNPq. Os dois últimos foram do CNPq, os dois primeiros foram da Capes. Considero que tive uma formação muito privilegiada, porque usufrui dessas possibilidades. Fora isso, tive vários projetos de pesquisa ao longo da minha formação com recursos do CNPq e tenho bolsa de pesquisadora CNPq desde a década de 1990, que é uma bolsa extremamente importante, pois dá a possibilidade de viajar, de comprar livros, comprar computador etc., cada vez menos, mas é uma coisa importante. Eu e minha geração fomos muito privilegiados de termos estas agências de fomento muito voltadas para pesquisa. Também tive uma vida dentro dessas agências de fomento muito grande: fui duas ou três vezes dos Comitês Assessores da Capes, do julgamento dos programas de pós-graduação, e fui do Comitê Assessor do CNPq, representando a Ciência Política. Estive no Comitê com a Maria D'alva Kinzo – que infelizmente faleceu muito precocemente – e foi muito bom, fizemos um belo trabalho juntas. E depois fui, por quatro anos, ou seja, por dois mandatos, membro do Conselho Deliberativo do CNPq. Foi uma experiência muito importante, porque tive uma perspectiva do que acontece na ciência no Brasil muito fora das Ciências Humanas, muito fora do nosso casulo, ou da nossa bolha, como agora se decidiu chamar. Foi uma experiência muito definitiva na perspectiva de como vejo a política científica no Brasil, o financiamento das ciências e a questão das ciências de base.

LB: *Céli, tenho agora duas questões importantes para te fazer relacionando trajetória acadêmica e vida privada. Te convido, então, a fazer uma reflexão sobre a tua trajetória profissional e a tua vida privada no seguinte sentido: como que ambas foram reciprocamente afetadas, quer dizer, até que ponto a tua trajetória profissional foi afetada pela tua vida privada e tua vida privada foi afetada pela tua trajetória profissional, considerando a questão de gênero?*

CP: Tenho uma condição muito especial, que não é a condição da maioria das mulheres: sou uma mulher que não tem filhos. Uma das coisas que trava muito a vida profissional das mulheres é o fato delas terem filhos. Ouvi colegas meus de departamento dizerem que o grande problema do departamento é que chega uma hora que as mulheres vão embora para buscar os filhos no colégio, como se eles, os homens, não tivessem nada a ver com isso. Mas se a mulher não tem filhos, o preconceito é outro: não é uma mulher confiável, afinal se uma mulher não tem filhos, alguma coisa deve estar errada. E se uma mulher se destaca e ameaçava o mundo masculino, tudo fica muito complicado. Obviamente, houve muita luta; nós, mulheres da minha geração, tivemos de lutar muito feio para conseguirmos chegar à posição acadêmica que temos, porque havia muito preconceito, muita desqualificação. Se tu eras mulher e tinhas filhos, era porque eras mulher e tinhas filhos; se tu eras mulher e não tinhas filhos, era porque eras mulher e não tinhas filhos. Não é uma questão de

vida privada, mas é uma questão de condição de ser mulher na academia. Certamente, a Ciência Política foi um espaço muito masculino e nós sempre tínhamos que estar provando alguma coisa. Quando entramos na vida acadêmica foi um "Ah! Como que estas mulheres tiveram o peito de chegar e fazer isso?". Tive uma colega no departamento de Ciência Política que, quando eu escrevia textos – que não tratavam de questões de gênero, de participação política da mulher –, ela dizia: "Céli, eu gosto tanto quando tu escreves sobre coisas sérias, adoro quando tu escreves sobre coisas sérias". Nós, mulheres feministas, tivemos uma luta dobrada, porque muitas colegas não gostavam que apontássemos nossa opressão, porque, para elas, reconhecer a opressão era um desprestígio. Conheci mulheres que fecharam fileiras com colegas homens contra temas sobre a mulher ou relações de gênero na Ciência Política. Há seis anos criei, no departamento de História da UFRGS, uma disciplina sobre História do Feminismo no Brasil e a única pessoa que se manifestou contra a sua criação no departamento foi uma professora. Uma disciplina que é um grande sucesso e agora, que não dou mais aula na graduação, pois me aposentei, continua com vagas esgotadas.

LB: *É uma pergunta desnecessária de fazer, mas está no roteiro que sigo: achas que a relação entre a vida privada e atuação profissional dos colegas homens encontra esse tipo de obstáculo?*

CP: Não, não existe isso, os homens...

LB: *Não há uma questão, talvez.*

CP: Não, não é uma questão possível, porque os homens não têm responsabilidades na vida privada. A responsabilidade dos homens na vida privada, quando eles têm, é a de provedor. A mulher, mesmo que seja a provedora da casa, ou que divida as despesas e a manutenção da família com o homem, vai sempre ter a responsabilidade da reprodução da família, não só em termos de reprodução em *stricto sensu*, mas em *lato sensu*, de fazer com que aquela unidade familiar funcione. Um dos grandes problemas das mulheres, independente da classe social – elas podem ter uma classe muito privilegiada, ou não –, é a reprodução da casa, pois é ainda responsabilidade das mulheres, mesmo depois de muitas lutas. Quando as mulheres são profissionais, é óbvio que isso pesa, é evidente que isso pesa muito mais para as mulheres**.**

LB: *Céli, temos aqui um terceiro conjunto de questões. Como não quero ser redundante, fique à vontade para fazer uma reflexão mais livre. Como tu avalias os caminhos da academia como um todo, especialmente na Ciência Política no Brasil nas últimas décadas? Trata-se de uma reflexão sobre o campo disciplinar da Ciência Política, independentemente de gênero; quer dizer, quais foram as principais contribuições e limites da área? Como ela tem evoluído, crescido e se consolidado como disciplina no Brasil?*

CP: Acho que aí tem duas questões distintas. Uma é a consolidação da área e a outra é quais áreas se consolidaram. Há consolidação da área sem dúvida. A Ciência Política tem excelentes cursos pelo Brasil inteiro, mestrado e doutorado. A própria consolidação da ABCP é extremamente importante, pois ela deixa de ser uma associação pequena, meio paroquial, para se tornar uma associação científica de peso no país. Acho que a internacionalização da Ciência Política brasileira também é muito importante como área de pesquisa. Por outro lado, a Ciência Política, nos últimos 20 anos, se tornou uma ciência cada vez mais... Difícil achar a palavra certa para expressar o que quero dizer. Se disser que ela foi cada vez mais *mainstream* acho que estou dizendo o que quero dizer.

LB: *Domesticada, disciplinada?*

CP: Disciplinada, disciplinar. Ou seja, há uma forte influência da Ciência Política norte-americana no Brasil. Há uma preocupação muito grande de parte dos cientistas políticos brasileiros, uma preocupação que acontecia, e que acontece até hoje, com a Economia: de se afastar cada vez mais das humanidades e de se tornar uma ciência com cara de ciência dura.

LB: *Métrica?*

CP: Métrica! Exato! Métrica, matematizada. Certos momentos, departamentos de Economia queriam sair da área de Ciências Humanas para se inserirem nas Ciências Exatas. A Ciência Política não chega a tanto, mas tem toda uma história de uma hipervalorização de metodologias quantitativas e uma subvalorização da teoria, quase dizendo "nós que fazemos Ciência Política não somos teóricos", "a teoria política não é a Ciência Política". Temos alguns ramos da Ciência Política que pensam isso. Acho que foi uma tendência muito forte na Ciência Política. Leio muitos artigos que me mandam para dar parecer, teses de doutorado também e algumas vezes leio uma parte absolutamente de estatística, estatística sofisticada, de métodos quantitativos muito refinados. Leio uma segunda vez, cortando a parte de estatísticas e me dou conta que não fez a menor diferença. Ocorre, principalmente, com os jovens cientistas políticos, eles têm uma preocupação lá pelas tantas de transformar o seu texto em um texto que seja internacionalmente aceito, que seja aceito pelos cânones da Ciência Política brasileira. E por revistas bem conceituadas no *Qualis* da Capes.

LB: *Talvez não seja exagerado dizer que a profissionalização da Ciência Política acarreta na diminuição da própria "intelectualização" da área e na própria despolitização da área?*

CP: A Ciência Política, entre as Ciências Sociais, é aquela que tenta se afastar mais de uma ciência preditiva, que tem uma pretensão que as Ciências Sociais sempre teve de intervenção, de uma reflexão crítica da sociedade, a crítica às contendas políticas; ou seja, ao próprio sistema capitalista como um sistema de dominação. Parte da Ciência Política, evidentemente não dá para generalizar, mas esse *mainstream* da Ciência Política foi muito para esse lado no Brasil, muito influenciado pela Ciência Política norte-americana, pela Associação Norte-Americana de Ciência Política, que parece, às vezes, ser um grande sonho de consumo. Creio que seja verdade isso, por um lado. Por outro lado, tem algumas vertentes muito inovadoras. A Ciência Política e a questão de gênero na Ciência Política foi uma questão de muito difícil aceitação. Ela nem sempre foi de boa qualidade, nem sempre foi metodologicamente orientada ou preocupada. Eu, como defensora desta área, sou muito crítica também, temos de ser. Não se pode tapar o sol com a peneira só porque temos uma questão política muito grande, que é a questão de um sexismo, das relações de gênero completamente desiguais e da forma que isto baliza todas as outras relações de poder na sociedade. Apesar de ter toda uma perspectiva muito forte de gênero – e não é só trabalho de gênero, mas é a perspectiva ao pensar e problematizar as questões que vamos discutir, independentemente de ser uma questão de mulher ou não –, essa é uma área que tem se sofisticado, que tem trazido uma importante inovação para a Ciência Política tanto na teoria política, como nos textos de empiria de Ciência Política *stricto sensu*. Creio que a própria presença de teoria da descolonialidade dentro da Ciência Política é fundamental. Acho que isso está mexendo com a hegemonia que parecia se implantar definitivamente, ou seja, a de que todo mundo faria trabalhos ligados a metodologias quantitativas, ligada à esta "cientificação" da Ciência Política.

LB: *E, de uma maneira geral, como que tu avalias a tua condição de mulher na academia, especialmente na Ciência Política?*

CP: Complicado isso. As mulheres, na Ciência Política, têm um problema a mais a enfrentar que é estar em um ambiente extremamente masculino, em que a atividade política é concebida como atividade masculina: quem interpreta os homens devem ser os homens. É interessante perceber como esta divisão de trabalho ocorre no mundo acadêmico: ser professora universitária – quando eu era aluna – era uma coisa de mulheres que davam aulas só na universidade, já os homens eram advogados, juízes que davam aulas nas Ciências Humanas. Os homens iam lá, porque eram advogados importantes, juízes. Quando há a profissionalização da atividade de professor de ensino superior, principalmente nas universidades públicas brasileiras – onde há planos de carreira –, começa a se constituir uma carreira, e uma carreira que é relativamente bem paga; ou seja, as pessoas podem viver razoavelmente com os salários da universidade. Houve uma época em que se vivia muito bem, inclusive. Quando a carreira começa a se profissionalizar, começa a haver uma masculinização da carreira.

LB: *Interessante!*

CP: Por exemplo, há trinta anos, professor de História era só mulher, agora já é um meio a meio. Professores de Sociologia, de Antropologia eram, basicamente, mulheres. Na Política, era a maioria homens, porque eles vinham todos do Direito. Os professores que tive no mestrado, todos eram homens e nenhum deles tinha feito Ciências Sociais. Na Sociologia, na Antropologia, aqui na UFRGS, ainda havia professores – que foram meus professores – que tinham feito Ciências Sociais, ou Filosofia, História... Mas a grande maioria, ou todos os professores da Ciência Política que tive no mestrado, tinha graduação em Direito. Essas pessoas, quando começaram a se profissionalizar, começaram a empurrar as mulheres para fora dos cargos; ou seja, os chefes de departamentos são homens, os coordenadores de pós são homens. Eu na universidade, como professora, fiz muita política universitária. Fui diretora do IFCH [Instituto de Filosofia e Ciências Humanas], fui membro do Conselho Universitário por muito tempo. Lá, presidi comissões entre as quais a Comissão Especial de Implementação das Cotas Raciais e Sociais. Fui membro da câmara de pós-graduação e do Conselho de Ensino e Pesquisa. Fiz muita campanha para reitor. Mas na hora em que é para disputar o poder real, o fato de ser mulher pesa muito, os homens são muito diretos e pouco sofisticados, eles simplesmente te jogam para o lado.

LB: *Uma pergunta correlata: como a sua trajetória individual como professora e pesquisadora se situou no quadro mais geral do desenvolvimento da Ciência Política? Quer dizer, podemos considerar tua trajetória profissional também como uma trajetória que contribuiu para a institucionalização da área?*

CP: Claro que sim, certamente. Contribuí de uma forma bem específica, porque quando cheguei e comecei a trabalhar mais com questões de gênero e trazer as teóricas feministas, já havia um lastro suficiente para as pessoas simplesmente olharem para mim e dizerem: "Sai!". E tinha trabalhado com teoria da representação, havia escrito textos que que tiveram boa repercussão sobre isso e havia trabalhado com a teoria do discurso do Ernesto Laclau; eu possuía uma produção em teoria do discurso em relação a campanhas eleitorais presidenciais.

LB: *Um duplo preconceito, tendo a ver com a condição de ser mulher e, ao mesmo tempo, as abordagens heterodoxas.*

CP: Exato! Exato! Exatamente. Me recordo de um secretário geral da Anpocs que um dia me ligou e disse "Céli, nós estamos pensando em trazer o Ernesto Laclau para ser conferencista na Anpocs. Tu

fazes a intermediação para nós?", eu disse: "Faço, eu sou amiga do Ernesto, eu faço a intermediação para vocês" e ele falou: "Imagina que escândalo vai ser?". Depois me ligou, logo em seguida, dizendo que já tinham resolvido e que não iriam mais trazê-lo. Mas ele me disse isso: "imagina o escândalo que vai ser?". Teve esse preconceito todo, mas, hoje, todo mundo fala em Ernesto Laclau, virou moda. Quando eu falava em teoria do discurso, em conceito de populismo, em questão de significante, as pessoas me olhavam como se eu estivesse falando mandarim.

LB: *Exatamente.*

CP: Creio que tive um papel bem central na divulgação, no Brasil, da teoria do discurso de Laclau. Eu não dava a menor importância para o que as pessoas estavam achando, eu achava uma teoria muito instigante, original e acho até hoje. Achava que abria caminhos na minha cabeça para entender melhor os processos e saí escrevendo, pondo meus textos para publicação. Alguns foram aceitos, outros não, como todo mundo; mas acho que a grande maioria foi aceita. Escrevi muito sobre isso, colaborei aí. E quando as pessoas falavam: "Ah, a chata da Céli vai enfiar Ernesto Laclau goela abaixo", comecei a trabalhar com a teoria política feminista. A essa altura, eu já tinha um lastro nacional, era uma pessoa reconhecida tanto institucionalmente, quanto pela minha produção. Entrei com a história da teoria feminista e com questões de política e gênero. Acho que esse foi o meu papel na Ciência Política. Sempre enfrentei o *mainstream* da Ciência Política e vou te dizer: não paguei um preço caro por isso. Paguei um preço, óbvio, de ser criticada, mas fiz o que quis, fiz com muito prazer e faço com muito prazer e responsabilidade. Eu abri espaços.

LB: *Ou seja, há um certo pioneirismo, dá tranquilamente para afirmar. Dado este caráter também do nosso campo, da ciência no geral, como que tu avalias e percebes a importância que tem sido adquirida as diferentes demandas relacionadas a gênero nos últimos anos no mundo do trabalho? Inclusive nas nossas associações profissionais, por exemplo, as questões de cotas, questões de denúncia de assédios, paridade? Enfim, como tu avalias esse crescimento da preocupação com o gênero no mundo do trabalho em diferentes frentes?*

CP: Creio que o que tem acontecido nos últimos anos é um movimento importante, vigoroso e consequência da luta das mulheres no interior das instituições, ou fora delas. Por exemplo, o fato de termos Comitês de Acolhimento na ABCP, e agora inclusive na Anpocs, para enfrentar a questão de assédio a 20 anos atrás seria impensável. Porque o direito ao assédio era um direito adquirido de todos os homens. Os homens nasciam com o direito a assediar! E as mulheres que não aceitassem o assédio, ai meu Deus, eram vistas como pessoas que não tinham nenhuma qualidade! Imagina o desrespeito!

LB: *Uma inversão completa.*

CP: Completa! Pensando na minha longa trajetória, em meus colegas mais antigos, que agora estão bem quietinhos lá com isso, imagina essas pessoas, 20 anos atrás, ter um Comitê de Acolhimento para quem tenha sido assediada moralmente ou sexualmente em um congresso ou encontro da área? Acho excepcional isso, acho excepcional que as mulheres tenham isso; nós criamos cotas, por exemplo, na direção da ABCP. Não porque somos menos importantes academicamente do que os homens, mas porque há uma relação de poder que, se não tivermos cotas, nunca iremos dirigir novamente a associação! Iríamos dirigi-la muito raramente. Trata de um momento de reconhecimento por parte de todos os associados, homens e mulheres, que, mesmo que alguns não estejam apoiando, não têm espaço de fala. E isso diz muita coisa. Atualmente, por exemplo, temos uma situação muito particular, e muito alvissareira para nós – apesar de estarmos nesta situação tão

grave no país –, temos uma presidenta na ABCP, uma presidenta na Anpocs, e duas últimas presidentas na ABA [Associação Brasileira de Antropologia] que são, respectivamente, a Flávia Biroli, a Miriam Grossi e Lia Machado e a Maria Filomena Gregori, mulheres e feministas. Isso é incrível! É incrível que mulheres com estes perfis estejam coordenando, dirigindo estas associações tão importantes no Brasil. São grandes vitórias que mudam a perspectiva, mudam a cabeça das pessoas e acho que a cada dia vai ser mais importante que esses espaços, como a ABCP, a Anpocs, a SBS [Sociedade Brasileira de Sociologia], a ABA, a Anpuh [Associação Nacional dos Professores Universitários de História], todos estes espaços das Ciências Humanas e Sociais, sejam espaços de resistência nos tempos complicados que vamos enfrentar, inclusive em relação a estes direitos de gênero.

LB: *E é interessante observar que essa pergunta retrata um pouco a produção científica como mundo do trabalho. Existe agora este movimento que relaciona a maternidade com a produção científica, ou seja, como as mulheres acabam tendo suas carreiras retardadas em função disso.*

CP: Exato.

LB: *Esta questão tu já acabaste respondendo, mas talvez queiras acrescentar algo mais. Tu podes dizer se passaste por uma situação difícil ou muito difícil somente pelo fato de ser mulher nesta trajetória acadêmica toda? Quer dizer, acho que já fizemos esta reflexão aqui, mas a impressão que me deu é que, apesar dos obstáculos e constrangimentos, conseguimos, com muito esforço e muita luta, cavar ou tentar construir espaços. Queria ouvir mais uma última palavra sobre isso, essa questão da dificuldade de ser mulher neste espaço.*

CP: Há dificuldade de ser mulher em um espaço em que existe uma disputa de poder constante e uma disputa de vaidades muito grande, onde as pessoas trabalham com intelecto e com a capacidade de ser reconhecido intelectualmente todos os dias. Algumas áreas não têm isso; a nossa área tem muito, temos muito mais poder em nossas mãos, do que a grande maioria dos trabalhadores do país, mesmo os trabalhadores com nível superior. Vivemos em uma universidade na qual elegemos reitores – por enquanto –, elegemos chefes de departamento, coordenadores de programas de pós-graduação, pessoas para irem para o CPPD [Comissão Permanente de Pessoal Docente]; somos um exercício de democracia constante. Enfrentamos estas questões de disputa, elas nos dão uma dimensão do quanto somos, ainda por sermos mulheres, desprestigiadas, mas o quanto temos possibilidades de intervir diferente de outras instituições em que a disputa de poder é mais velada e a chegada aos cargos ocorre por conchavos ou escolha de superior. Temos esta possibilidade na vida acadêmica, a de disputar o poder. As nossas associações são associações que também elegemos. Estamos sempre elegendo, votando, falando, discutindo, deliberando... Ou seja, além da nossa produção acadêmica, da nossa produção como professoras que dão aula, temos uma disputa política constante na vida acadêmica. E esta disputa política dá, também, muita possibilidade, ela tem mão dupla. Por um lado, mostra o quanto ainda precisamos lutar. Quando fui diretora do IFCH, éramos 27 diretores, sendo 3 mulheres e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul tinha, na época, 52% do seu corpo docente de mulheres. Só que quando chegava aos cargos de direção de unidades havia 3 mulheres em 27!

LB: *Somente 3 mulheres em 27?*

CP: Sim. Éramos eu, a da Educação e a da Enfermagem. Nem na Letras era mulher na época! O resto era tudo homem. Quando chega aos níveis superiores da universidade, que tu és membro do Conselho Universitário, membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, tu vês que és minoria

lá. Mas, por outro lado, tu tens também a possibilidade de disputa e a possibilidade de enfrentamento, que é mais fácil na universidade, porque tu estás sempre em disputa. Mesmo assim agora, por exemplo, quando uma mulher se tornou vice-reitora da UFRGS, houve muitas manifestações de aplauso, mas a história é outra, havia quatro chapas concorrendo todas com um homem como candidato a reitor e uma mulher a vice – o que me causou péssima impressão. Aquelas mulheres estavam ali porque precisava ter mulher: era apenas para ser politicamente correto. Escrevi isto em função de alguma coisa que a nossa atual diretora do ICFH tinha escrito defendendo a questão das mulheres e uma colega nossa de outra área – não era uma área dura, não era de Ciências Humanas, era das Artes – escreveu uma resposta dizendo: "Isto é um absurdo, que se as mulheres quiserem, elas que se elejam, elas que se candidatem! Por que não tem mulher na política? Porque as mulheres não se candidatam". Aí tu olhas e vês que no nosso mundo há mulheres sem nenhuma perspectiva de gênero, que achou que aquilo ali era natural das mulheres que não querem ter aquele espaço; que se elas quisessem, elas que se candidatassem. Isso não partiu de nenhum homem, acho que nenhum homem tem coragem de escrever isso, partiu de uma colega! É uma luta, mas acho que é por aí. Tenho lutado muito fora e dentro da universidade pela igualdade das mulheres, pelos direitos das mulheres. Agora, por exemplo, que estou até aposentada, que não estou disputando espaço, sou muito mais atenta à discriminação relacionada comigo do que era antes. Agora olho no espelho retrovisor e digo: "Ah, mas que engraçado, aquilo ali aconteceu porque eu era mulher, só não me dei conta na hora".

LB: *Céli, fomos muito fiéis ao nosso tempo. Você foi uma ótima entrevistada! Para finalizar, gostaria de saber se tens algum comentário a mais ou alguma observação que queiras deixar.*

CP: O que quero deixar registrado é, primeiro de tudo, agradecer por estar nesta lista de cientistas políticas a serem entrevistas e dizer que acho importantíssima esta iniciativa da direção da ABCP. Que, realmente, se registrem estas experiências das mulheres que fizeram carreira na Ciência Política ao longo de tantas décadas, ou as jovens que estão chegando agora, que se registrem as expectativas, os problemas, é fundamental! A ABCP está de parabéns.

LB: *Céli, o nosso muito obrigada, foi uma honra e um grande privilégio poder te entrevistar. Um grande beijo.*

CP: Obrigada eu.